

Ventos de Santa Sara Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 com
relatório do auditor independente**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de Santa Sara Holding S.A
Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ventos de Santa Sara Holding S.A (Companhia) identificadas como controladora e consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Ventos de Santa Sara Holding S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas respectivas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e

nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 07 de maio de 2021, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 11 de Abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O

Ventos de Santa Sara Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	198.205	3.554	213.596	11.118.396	Fornecedores	-	-	819.110	5.771.585	
Aplicações financeiras	5	-	-	11.346.578	-	Dividendos a pagar	11	1.581.510	1.581.510	-	
Contas a receber de clientes	6	-	-	6.939.290	-	Emprestimos e financiamentos	10	-	3.365.325	-	
Dividendos a receber		1.611.340	-	-	-	Partes relacionadas - fornecedores	16	-	42.406	565.677	
Impostos a recuperar		1	-	146.355	11.547	Obrigações fiscais		62	1.285.283	652.253	
Adiantamento fornecedor		-	-	116.418	694.190	Obrigações trabalhistas		-	36.400	-	
Partes relacionadas - outros créditos	16	-	-	1.845.372	48.956	Outras contas a pagar		-	54.267	21.659	
Despesas antecipadas	7	-	-	220.174	40.148	Obrigações com arrendamentos		-	-	34.503	
Total do Ativo Circulante		1.809.546	3.554	20.827.783	11.913.237	Total do Passivo Circulante		1.581.572	1.543	7.184.301	7.045.677
Aplicações financeiras Vinculadas	5	-	-	4.161.921	-	Emprestimos e financiamentos	10	-	187.619.136	56.361.331	
Despesas antecipadas	7	-	-	662.677	1.941.499	Total do Passivo Não circulante		-	187.619.136	56.361.331	
Realizável a longo prazo		-	-	4.824.598	1.941.499	Patrimônio líquido	11				
Investimento	9	101.090.591	38.505.102	-	-	Capital social		96.092.000	41.339.777	96.092.000	41.339.777
Imobilizado	8	-	-	270.263.660	87.853.424	Reserva legal		482.037	-	482.037	-
Intangível		-	-	205.961	205.961	Reserva de lucros a distribuir		4.744.529	-	4.744.529	-
		101.090.591	38.505.102	270.469.621	88.059.385	Prejuízos acumulados		-	(2.832.664)	-	(2.832.664)
Total do Ativo Não Circulante		101.090.591	38.505.102	275.294.219	90.000.884	Total do Patrimônio líquido		101.318.566	38.507.113	101.318.566	38.507.113
Total do Ativo		102.900.137	38.508.656	296.122.002	101.914.121	Total do Passivo		1.581.572	1.543	194.803.437	63.407.008
						Total do Passivo e Patrimônio líquido		102.900.137	38.508.656	296.122.002	101.914.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santa Sara Holding S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas	12	-	-	25.528.473	-
Custo das vendas e revendas	13	-	-	(4.339.222)	-
Lucro bruto		-	-	21.189.251	-
Despesas gerais ou administrativas	14	(62.695)	(49.479)	(1.163.708)	(1.724.503)
Outras despesas operacionais		-	-	(13.898)	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	9.706.144	(1.681.378)	-	-
Despesas operacionais		9.643.449	(1.730.857)	(1.177.606)	(1.724.503)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		9.643.449	(1.730.857)	20.011.645	(1.724.503)
Receitas financeiras	15	2	2	404.206	162
Despesas financeiras	15	(2.711)	(1.680)	(9.781.103)	(8.194)
Despesas e receitas financeiras líquidas		(2.709)	(1.678)	(9.376.897)	(8.032)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		9.640.740	(1.732.535)	10.634.748	(1.732.535)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	-	-	(994.008)	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		9.640.740	(1.732.535)	9.640.740	(1.732.535)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santa Sara Holding S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	<u>9.640.740</u>	<u>(1.732.535)</u>	<u>9.640.740</u>	<u>(1.732.535)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>9.640.740</u>	<u>(1.732.535)</u>	<u>9.640.740</u>	<u>(1.732.535)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santa Sara Holding S.A.

Demonstração de mutações do patrimônio líquido - Controladora e consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020		28.157.766	(4.051.988)	-	-	(1.100.130)	23.005.648
Capital subscrito		67.717.700	(67.717.700)	-	-	-	-
Capital integralizado		-	17.234.000	-	-	-	17.234.000
Lucro ou (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	(1.732.535)	(1.732.535)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		95.875.466	(54.535.688)	-	-	(2.832.665)	38.507.113
Saldos em 01 de janeiro de 2021		95.875.466	(54.535.688)	-	-	(2.832.665)	38.507.113
Capital subscrito	11	216.534	(216.534)	-	-	-	-
Capital integralizado	11	-	54.752.222	-	-	-	54.752.222
Lucro ou (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	9.640.740	9.640.740
Destinação do lucro:							
Reserva legal	11	-	-	482.037	-	(482.037)	-
Dividendos obrigatórios	11	-	-	-	-	(1.581.510)	(1.581.510)
Reserva de lucros a distribuir	11	-	-	-	4.744.529	(4.744.529)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		96.092.000	-	482.037	4.744.529	-	101.318.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santa Sara Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		9.640.740	(1.732.535)	9.640.740	(1.732.535)
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	8	-	-	3.099.452	68.420
Equivalência patrimonial		(9.706.144)	1.681.378	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	-	-	8.654.886	-
Juros sobre arrendamentos		-	-	-	3.457
Rendimento de aplicação	15	-	-	385.996	-
		(65.404)	(51.157)	21.781.074	(1.660.658)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		-	-	(6.890.334)	-
Impostos a recuperar		(1)	-	(134.808)	(11.547)
Adiantamentos a fornecedores		-	-	577.772	(694.164)
Despesas antecipadas		-	-	1.098.796	(1.463.373)
Partes relacionadas - outros créditos		-	-	(1.845.372)	-
Fornecedores		(1.543)	-	(4.952.475)	5.771.585
Partes relacionadas - fornecedores		-	-	(523.271)	-
Obrigações trabalhistas		-	-	36.400	-
Obrigações fiscais		61	-	633.030	651.655
Outras contas a pagar		-	-	32.608	21.659
Obrigações com arrendamentos		-	-	(34.503)	-
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		(66.887)	(51.157)	9.778.917	2.615.157
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		-	-	(15.894.495)	-
Aquisição de investimentos		-	(17.181.500)	-	-
Aquisição de imobilizado	8	-	-	(185.509.688)	(64.074.667)
Capitalização de imobilizado	10	-	-	6.170.375	-
Aquisição de intangível		-	-	-	(28.388)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		-	(17.181.500)	(195.233.808)	(64.103.055)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento/integralização de capital		261.538	17.234.000	54.752.222	17.234.000
Partes relacionadas		-	1.365	-	430.620
Obrigações com arrendamento		-	-	-	(28.056)
Captações de empréstimos e financiamentos	10	-	-	122.160.920	54.963.515
Custo de captação	10	-	-	(2.363.051)	-
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financian		261.538	17.235.365	174.550.091	72.600.079
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		194.651	2.708	(10.904.800)	11.112.181
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	3.554	846	11.118.396	6.215
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	198.205	3.554	213.596	11.118.396
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		194.651	2.708	(10.904.800)	11.112.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de Santa Sara Holding S.A, denominada “Companhia”, situada na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, 10800, sala 246 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 06 de fevereiro de 2019 por meio do aporte de capital representado pelo ativo líquido da empresa Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A., que passou a ser sua subsidiária integral a partir de então.

A Companhia é a controladora da Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A. (controlada em operação comercial), com endereço situado na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, Nº 10800 , sala 226 – Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 23 de janeiro de 2018 e sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL de acordo com a portaria nº 15, de 09 de janeiro de 2019 do Ministério de Minas e Energia (MME). De acordo com o despacho nº 2.640 de 30 de agosto de 2021, iniciou operação comercial a partir de 31 de agosto de 2021 quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 67,2 MW, conforme despacho nº 890 de 27 de março de 2020.

A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades (“Sociedade(s) Investida (s)”), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar (“Projetos”).

Sua controlada tem por objeto social: (i) o desenvolvimento, implantação, administração e operação do parque eólico denominado EOL Martina 13; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir da EOL Martina 13; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

Impactos sobre Covid-19 (coronavírus)

Em março de 2020, foi declarada pelas autoridades sanitárias internacionais e brasileiras a existência da pandemia do Covid-19. Assim como todas as empresas, a Companhia tem acompanhado todas as medidas sanitárias impostas e os reflexos econômicos causados pelas medidas de isolamento e pelo aumento da pandemia. De maneira mais específica, a Companhia identificou as seguintes questões peculiares:

- Necessidade de redução do número das equipes de campo e adoção de medidas extras de isolamento social e proteção individual;
- Existência de decretos municipais e estaduais que vedaram a circulação de pessoas e veículos em certas áreas; e
- Necessidade de apresentação de planos de ações para prefeituras com a finalidade de se permitir a manutenção dos serviços essenciais previstos na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e

Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento do coronavírus.

Apesar das medidas impostas, não houve efeitos econômicos e financeiros para a Companhia e sua controlada, visto que sua atividade principal é relacionada à geração de energia elétrica e os custos e despesas para continuidade das suas atividades serão mantidos através de suas operações de venda de energia futura, empréstimos e aportes de seus acionistas, adicionalmente a sua Companhia e sua controlada iniciaram suas operações pós período pandêmico. Também não houve impacto no cronograma de implantação do Empreendimento detido por sua controlada.

A Companhia e sua controlada adotaram rígido protocolo de prevenção à pandemia em todas as suas unidades, preservando, assim, a saúde de seus colaboradores e evitando a propagação do vírus. Dentre as medidas, ressalta-se, o cancelamento de viagens nacionais, suspensão de reuniões presenciais, adoção de home office, adoção de distanciamento social, rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras.

A Companhia e sua controlada continuarão atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, sempre que necessárias, com a finalidade de manter a segurança de seus colaboradores.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 11 de abril de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das Demonstrações financeiras individuais e consolidada requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia e sua controlada não possuem premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

Em 31 de dezembro de 2021 as Demonstrações financeiras consolidadas incluem as Demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, listadas a seguir:

Controlada (em fase operacional)	% de participação
Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A.	100%

Controlada

Controlada é a entidade na qual a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre entidades, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e sua controlada são eliminados. Os lucros e prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.5 Base de mensuração

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e sua controlada não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e sua controlada classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa, adiantamento a fornecedor.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia sua controlada são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações com arrendamentos e partes relacionadas.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Companhia e de sua controlada com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e sua controlada não identificaram quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas pela controlada estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia e sua controlada.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e sua controlada não constituíram provisão para desmobilização considerando que não há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros ao valor justo, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e sua controlada nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados pela Companhia e sua controlada considerando a ausência de perspectiva de realização futura motivada pela opção do regime de tributação quando da entrada em operação do Empreendimento. Na data-base das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada não possuem diferenças temporárias.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Arrendamento

A Companhia e sua controlada avaliaram o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2019, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a rerepresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma. Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 7,84% ao ano.

Durante a fase operacional futura, os fluxos de pagamentos previstos contratualmente serão todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não estão contemplados no cálculo, conforme previsto na norma.

2.12 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2021

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e sua controlada não adotaram essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020;
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 23).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia e de sua controlada mantêm contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia e de sua controlada de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e sua controlada irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia e sua controlada na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia e sua controlada não possuem em 31 de dezembro de 2021 e 2020 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e sua controlada, apresentados na nota 10, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

Análise de sensibilidade

	Saldo 31/12/2021	Risco	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Saldo de aplicações financeira - CDB	11.346.578	Variação do CDI	11.346.578	11.361.476	11.364.456
Efeito no resultado	269.655		269.655	284.553	287.533
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	4.161.921	Rendimentos em FI	4.161.921	4.176.405	4.179.302
Efeito no resultado	116.338		116.338	130.822	133.719
Saldo de empréstimos e financiamentos	(190.984.461)	IPCA	(190.984.461)	(192.072.813)	(192.290.483)
Efeito no resultado	(8.654.886)		(8.654.886)	(9.743.238)	(9.960.908)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	198.205	3.554	213.596	24.267
Aplicações financeiras	-	-	-	11.094.129
Total	198.205	3.554	213.596	11.118.396

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A e Banco BTG Pactual S.A e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas principalmente pela variação de 99,00% e 103,5%, respectivamente, do CDI e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03 (R2), foram classificadas como equivalentes de caixa.

5 Aplicações financeiras (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras (a)	11.346.578	-
Aplicações financeiras vinculadas (b)	4.161.921	-
Total	15.508.499	-
Ativo circulante	11.346.578	-
Ativo não circulante	4.161.921	-

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas nos Bancos ABC Brasil e Alfa e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas, principalmente, pela variação de 85% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento.
- (b) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. em conta de fundo de liquidez constituído por meio do Contrato de Financiamento celebrado com a instituição financeira em 30 de dezembro de 2019, onde as liberações foram realizadas a partir de maio de 2021. Conforme instrumento de crédito, o fundo de liquidez será mantido por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao Contrato de Financiamento. Os

valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 9,96% no ano de 2021.

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Câmara de Comercialização de Energia (a)	2.236.432	-
Anglo American Minério de Ferro Bra S.A	938.276	-
Anglo American Níquel Brasil Ltda	3.764.582	-
	6.939.290	

- (a) Refere-se a saldo de exposição positiva nas operações de compra e venda de energia no âmbito da CCEE.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a administração da Companhia e sua controlada consideram não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber por não haver perdas históricas, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia e sua controlada não apresentam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2021, todo o saldo a receber está a vencer.

7 Despesas antecipadas (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Custos de empréstimos (a)	-	1.615.256
Adiantamento – contrato direito de uso	-	4.655
Prêmios de seguro a apropriar	882.851	361.736
	882.851	1.981.647
Ativo circulante	220.174	40.148
Ativo não circulante	662.677	1.941.499

- (a) Conforme item 19 do CPC 08 (R1), os custos de transação enquanto não captados os recursos devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. A baixa do saldo se dará na captação dos recursos ou se a operação não se concretizar.

8 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Torres anemométricas	10%	262.294	(59.624)	202.670	228.899
Edificações	3,33% a 4%	30.868.406	(365.331)	30.503.075	-
Custos e tarifas de leilão		-	-	-	13.248
Licenciamento ambiental		-	-	-	1.434.073
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	242.242.410	(2.684.495)	239.557.915	-
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	49.788.030
Imobilizado em andamento		-	-	-	36.370.090
Ativo de direito de uso terra		-	-	-	19.084
Total		273.373.110	(3.109.450)	270.263.660	87.853.424

b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2020	Adições	Transferências	Depreciação	31/12/2021
Torres anemométricas (i)	228.899	-	-	(26.229)	202.670
Edificações	-	-	30.868.406	(365.331)	30.503.075
Custos e tarifas de leilão	13.248	-	(13.248)	-	-
Licenciamento ambiental	1.434.073	-	(1.434.073)	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	242.242.410	(2.684.495)	239.557.915
Adiantamento a fornecedores	49.788.030	157.491.355	(207.279.385)	-	-
Imobilizado em andamento	36.370.090	28.014.020	(64.384.110)	-	-
Ativo de direito de uso da terra	19.084	4.313	-	(23.397)	-
Total	87.853.424	185.509.688	-	(3.099.452)	270.263.660

	31/12/2019	Adições	Depreciação	31/12/2020
Torres anemométricas (i)	230.792	30.361	(32.254)	228.899
Custos e tarifas de leilão	13.248	-	-	13.248
Licenciamento ambiental	217.159	1.216.914	-	1.434.073
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	21.694.245	28.093.785	-	49.788.030
Imobilizado em andamento	238.667	36.131.423	-	36.370.090
Ativo direito de uso	50.356	4.894	(36.166)	19.084
Total	22.444.467	65.477.377	(68.420)	87.853.424

- (i) Referem-se à compra de torres anemométricas para estudos e medições da energia eólica e que se encontram em uso. A taxa de depreciação anual utilizada é de 10%.

9 Investimentos (Controladora)

A Companhia possui investimento societário em empresa eólica, conforme a seguir:

100% de participação:	31/12/2021	31/12/2020
Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A	101.090.591	38.505.102
Total	101.090.591	38.505.102

Movimentação dos investimentos

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	38.505.102	23.004.980
Aumento de capital	54.490.685	17.181.500
Equivalência patrimonial	9.706.144	(1.681.378)
Dividendos a receber	(1.611.340)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>101.090.591</u>	<u>38.505.102</u>

Saldos da controladora

<i>Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A</i>	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	295.923.796	101.914.121
Passivo	194.833.204	63.407.008
Patrimônio líquido	101.090.592	38.507.113
Resultado do exercício	<u>9.706.144</u>	<u>(1.732.535)</u>

10 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) destinado à implantação do Empreendimento Ventos de Santa Martina 13, no valor de R\$ 177.860.920, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços.

Os encargos da operação correspondem a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC), apurada mensalmente, composta pelo fator de atualização monetária derivado do IPCA, acrescido de taxa de juros básicos fixos de 1,15422% a.a. (considerando-se a incidência de bônus de adimplência de 15% para pagamentos das parcelas da dívida pagas integralmente até a data do respectivo vencimento). O período total de pagamento é de 234 meses com carência de 32 meses. Os *covenants* do contrato firmado são cláusulas não financeiras, usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao Banco do Nordeste, e a garantia do mesmo se dá por meio de fiança bancária que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do Empreendimento. A Companhia cumpriu os *covenants* no exercício.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com suas obrigações estipuladas no contrato.

a) Composição do saldo

Banco	Tipo	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Nordeste do Brasil S.A	FNE	190.984.461	56.361.331

b) Movimentação da conta

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	56.361.331	-
Captações	122.160.920	55.700.000
Juros incorridos	8.654.886	1.397.816
Capitalização de imobilizado	6.170.375	-
Custo de captação	(2.363.051)	(736.485)
Saldo 31 de dezembro	190.984.461	56.361.331
Circulante	3.365.325	-
Não Circulante	187.619.136	56.361.331

c) Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2021	
	Valor	%
2023	7.464.837	4%
2024	7.410.263	4%
2025	7.723.649	4%
2026	7.724.438	4%
2027	7.582.572	4%
2028	8.049.567	4%
2029	8.456.986	5%
2030	8.924.115	5%
2031	9.462.392	5%
2032	9.791.469	5%
2033	10.187.942	5%
2034	9.863.505	5%
2035	10.219.998	5%
2036	10.729.040	6%
2037	11.213.749	6%
2038	11.834.706	6%
2039	12.713.690	7%
2040	13.345.333	7%
2041	13.234.493	7%
2042	1.686.392	1%
Total	187.619.136	100%

11 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de 96.092.000 (R\$ 41.339.778 em 2020) e está representado por 960.920 ações ordinárias Classe A, 47.085.080 ações ordinárias Classe B e 48.046.000 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Descrição	Valor do Capital Social	Quantidade de Ações			
		Ações Ordinárias	Ações Ordinárias Classe A	Ações Ordinárias Classe B	Ações Preferenciais
Em 31/12/2021					
CDV Holding S.A.	R\$ 67.456.584	-	768.736	-	37.390.465
Ares 1 Participações S.A.	R\$ 19.218.400	-	192.184	-	10.655.535
Anglo American Níquel	R\$ 7.818.948	-	-	39.094.742	-
Anglo American Minério de Ferro	R\$ 1.598.068	-	-	7.990.338	-
TOTAL	R\$ 96.092.000	-	960.920	47.085.080	48.046.000
Em 31/12/2020					
Salus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	R\$ 33.071.822	33.071.822	-	-	-
Ares 1 Participações S.A.	R\$ 8.267.956	8.267.956	-	-	-
TOTAL	R\$ 41.339.778	41.339.778	-	-	-

Em assembleia geral extraordinária realizada em 18 de outubro de 2021, os acionistas da Companhia deliberaram pela (i) conversão de 50% das ações ordinárias em ações preferenciais, e, (ii) com relação às ações ordinárias, a criação de duas classes de ações, a serem denominadas “Classe A” e “Classe B”. As Ações Ordinárias Classe A outorgam aos seus titulares o direito de eleger, em conjunto e por voto em separado, a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia, e as Ações Ordinárias Classe B permanecem com as características das ações ordinárias originais, sem vantagens adicionais.

As Ações Preferenciais da Companhia têm as seguintes características: (a) não terão direito a voto, tampouco dividendos fixos ou mínimos (salvo o mínimo obrigatório previsto em lei) ou prioridade no recebimento de dividendos, porém terão como preferências e vantagens (a.1) cada ação preferencial terá direito ao recebimento de dividendos em montante equivalente a 9 (nove) vezes o valor pago a cada ação ordinária; e (a.2) na hipótese de reembolso de capital pela Companhia a seus acionistas, inclusive, em caso de reembolso, resgate, amortização ou redução de capital social, terão prioridade em montante equivalente a 9 (nove) vezes o valor do reembolso de capital pago a cada ação ordinária.

No exercício de 2021, o acionista Salus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia transferiu parte de sua participação nas ações ordinárias classe B para Anglo American Minério de Ferro e parte para Anglo American Níquel.

Ainda no exercício de 2021, o acionista Salus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia transferiu a totalidade de sua participação nas ações ordinárias classe A e preferenciais para CDV Holding S.A.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, está apresentada a seguir.

Descrição	Ações Ordinárias Classe A	Ações Ordinárias Classe B	Ações Preferenciais	% Participação econômica
CDV Holding S.A.	768.736	-	37.390.465	70,200%
Ares 1 Participações S.A.	192.184	-	10.655.535	20,000%
Anglo American Níquel	-	39.094.742	-	8,137%
Anglo American Minério de Ferro	-	7.990.338	-	1,663%
TOTAL	960.920	47.085.080	48.046.000	100%

Aumento de capital

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 15 de outubro de 2021, foi subscrito capital no montante de R\$ 216.534.

No exercício de 2021, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 54.752.222 com entrada em caixa e equivalente de caixa.

Dividendos

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Este valor para o exercício de 2021 é de R\$ 1.581.510

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O valor da reserva legal referente ao exercício de 2021 é de R\$ 482.037, não houve constituição de reserva legal em 31 de dezembro de 2020.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2021 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 4.744.529. Não houve constituição em 31 de dezembro de 2020.

12 Receita operacional líquida (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Energia elétrica de curto prazo – geração própria	26.495.561	-
PIS	(172.221)	-
Cofins	(794.867)	-
Total	25.528.473	-

13 Custos operacionais (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Mão-de-obra	(176.120)	-
Amortizações e depreciações	(3.073.223)	-
Outros custos	(113.202)	-
Serviços - pessoa jurídica	(62.465)	-
Gastos operacionais – geração energia	(472.972)	-
Seguros	(250.171)	-
Gastos com propriedades	(191.069)	-
Total	(4.339.222)	-

14 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Taxas e emolumentos	-	(2.402)	-	(56.199)
Serviços terceiros	(4.937)	(4.572)	(312.319)	(82.428)
Gastos diversos (viagens, veículos e combustível)	-	(256)	-	(37.374)
Despesas com seguros	-	-	-	(80.760)
Despesas com pessoal	-	-	-	(31.134)
Despesas com tributos	(1.420)	-	(9.635)	(6.642)
Despesas com cartório	-	(2.888)	-	(132.162)
Despesas com veículos	-	-	(230)	-
Despesas com relações com o mercado	-	-	(1.468)	-
Compartilhamento de despesa (a)	(4.325)	(3.551)	(668.821)	(977.827)
Despesas com publicações	-	(35.810)	-	(66.360)
Despesas legais	(52.013)	-	(145.006)	-
Locação de máquinas e equipamentos	-	-	-	(47.359)
Indenizações de servidão de passagem	-	-	-	(137.838)
Depreciação	-	-	(26.229)	(68.420)
Total	(62.695)	(49.479)	(1.163.708)	(1.724.503)

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.

15 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>385.996</u>	<u>162</u>
Outras receitas financeiras (a)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.210</u>	<u>-</u>
	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>404.206</u>	<u>162</u>
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	(2.711)	(1.680)	(41.217)	(5.270)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(8.654.886)	-
Comissão de fiança	-	-	(1.030.946)	-
Amortização custo de empréstimo pré operacional	-	-	(48.742)	-
Juros pagos	-	-	(2.811)	(21)
Multas	-	-	(1.619)	(18)
Juros sobre direito de uso	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(882)</u>	<u>(2.885)</u>
	<u>(2.711)</u>	<u>(1.680)</u>	<u>(9.781.103)</u>	<u>(8.194)</u>
Total	<u>(2.709)</u>	<u>(1.678)</u>	<u>(9.376.897)</u>	<u>(8.032)</u>

- (a) Os rendimentos das aplicações financeiras que são vinculadas a construção dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, e estão deduzidos dos custos dos empréstimos incorridos.

16 Partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia e sua controlada, as quais estão descritas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				
Partes relacionadas - outros créditos (b) (c)	-	-	1.845.372	48.956
Passivo				
Partes relacionadas - fornecedores (a) (b)	-	1.543	42.406	565.677
Resultado				
Compartilhamento de despesas (a)	4.325	3.551	668.821	977.827

- a) A Companhia e sua controlada possuem operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.
- b) A Companhia e sua controlada possuem despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias de ativo e passivo até a sua liquidação..
- c) A Companhia e sua controlada possuem contratos de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 06 de fevereiro de 2019, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

17 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	198.205	198.205	3.554	3.554	213.596	213.596	11.118.396	11.118.396
Aplicações financeiras	-	-	-	-	11.346.578	11.346.578	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	-	4.161.921	4.161.921	-	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	6.939.290	6.939.290	-	-
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	116.418	116.418	694.190	694.190
Partes relacionadas (ativo)	-	-	-	-	1.845.372	1.845.372	48.956	48.956
Fornecedores	-	-	-	-	(819.110)	(819.110)	(5.771.585)	(5.771.585)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(190.984.461)	(190.984.461)	(56.361.331)	(56.361.331)
Obrigações com arrendamento	-	-	-	-	-	-	(34.503)	(34.503)
Partes relacionadas (passivo)	-	-	(1.543)	(1.543)	(42.406)	(42.406)	(565.677)	(565.677)
Outras contas a pagar	-	-	-	-	(54.267)	(54.267)	(21.659)	(21.659)
Total	198.205	198.205	2.011	2.011	(167.277.069)	(167.277.069)	(50.893.213)	(50.893.213)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia e sua controlada não apresentavam instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia e controladas estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

18 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
IR/CS corrente	<u>(994.008)</u>	<u> </u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	26.495.561	-
Alíquota de presunção	8%	-
Lucro presumido	2.119.645	-
IRPJ adicional/Outras receitas não operacionais (a)	<u>503.215</u>	-
Alíquota vigente	25%	-
Imposto de renda corrente	(655.715)	-
CSLL/alíquota de presunção	12%	-
CSLL/Lucro presumido	3.179.467	-
Outras receitas não operacionais (a)	579.341	-
Alíquota vigente	9%	-
Contribuição social corrente	(338.293)	-

(a) Trata-se de receitas financeiras.

Em 2020 a controlada era optante pelo regime tributário do lucro real anual e apurou prejuízo. As diferenças de bases da receita financeira são decorrentes do descritivo da nota 14.a.

19 Contingências

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.